

VIEIRA; Lorene Souza¹

RESUMO

O presente trabalho discute a problemática em torno do direito ao acesso à informação na pandemia da Covid-19 no Brasil, garantia disposta na Constituição Federal de 1988 que vem sofrendo inúmeros ataques, seja através de mídias sociais ou até mesmo de agentes políticos. Propagação de notícias falsas, popularmente conhecidas como *fake news*, e disseminação de informações que não possuem qualquer embasamento científico contribuem para o surgimento da “desinfodemia”, ou seja, de uma “epidemia de desinformação”, que se comporta como uma pandemia paralela ao do coronavírus, estabelecendo uma proliferação de ideias negacionistas e conteúdos sem veracidade, em especial, no ambiente digital. A exemplo disso encontram-se a divulgação de estatísticas e números equivocados de taxas de contaminados e óbitos por Covid-19, campanhas que atentam à perda de credibilidade dos meios de comunicação e jornalistas e a criação de teorias conspiratórias, além de publicações sem certificação científica sobre origem do vírus, diagnósticos e tratamentos médicos. Num cenário em que Estados unem forças na pesquisa e combate ao SARS-CoV-2, obter acesso à informação de qualidade e com fonte segura torna-se um mecanismo importante de exercício da cidadania e sobrevivência. Esta pesquisa visa apresentar reflexões e análises da gravidade das consequências na circulação de *fake news* e desinformação em geral na sociedade brasileira, que pode vir a comprometer não só o direito constitucional à informação, mas também os direitos fundamentais à saúde e à vida, considerando o contexto atual da pandemia. Neste estudo, foram utilizados levantamento bibliográfico e análise de dados e pesquisas qualitativas de órgãos nacionais e internacionais, que versaram sobre direitos fundamentais e os impactos causados pela pandemia sobre estas garantias constitucionais, além de observação de iniciativas do poder público e dos centros universitários brasileiros para combate à crise de desinformação. A pandemia da Covid-19, além de todas as perdas que apresentou, seja a humana - como a mais grave e impactante delas -, seja a econômica, que afetou direta e indiretamente cidadãos do mundo inteiro, contribuiu também para destacar a importância do acesso à informação segura e de qualidade como pilar para formação de uma sociedade democrática. Verifica-se necessária a maior regulação das informações oficiais e rigor na identificação e punição dos responsáveis pela disseminação dos conteúdos equivocados. Importante ressaltar que não há, nesta afirmativa, qualquer menção à promoção de censura prévia de informações. Neste cenário, destacam-se algumas iniciativas para esse enfrentamento, como apoio e investimento nas agências vinculadas à imprensa, algumas já existentes antes mesmo da crise, que costumam checar fatos e veracidade de notícias. Dentro do contexto da Covid-19, destacam-se as iniciativas criadas por várias universidades brasileiras, a exemplo da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que investiram na formação de centros de informações oficiais, através de grupos de estudos interdisciplinares e projetos de extensão, com o intuito de não só combater as *fake news*, mas habituar os cidadãos na busca pelo desenvolvimento do senso crítico e pela checagem dos conteúdos antes de compartilhá-lo.

PALAVRAS-CHAVE: Desinformação, Pandemia, Direitos Fundamentais

¹ Bacharel em Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo pela UFS; Pós-graduada em Marketing e Comunicação Organizacional pela UniT; Graduada em Direito pela FANESE. , lore_vieir@hotmail.com

